

# Regulações sobre a prática pedagógica docente e condições de trabalho na escola

*Regulations on teachers' pedagogical practice and working conditions*

*Regulaciones para la práctica pedagógica docente y condiciones de trabajo en la escuela*

---

MARIETA GOUVÊA DE OLIVEIRA PENNA

**Resumo:** Apresenta-se neste artigo discussão sobre as ações dos professores, na relação com suas condições de trabalho, objetivando compreender como os docentes têm enfrentado regulações que incidem sobre sua prática cotidiana, estabelecidas em propostas curriculares. Analisa-se aspecto da Proposta Curricular do estado de São Paulo, o Caderno do Professor, integrante do Projeto São Paulo Faz Escola. Adota-se como referencial o conceito de “ação docente” de Sacristán. Os dados foram coletados por meio de questionários aplicados a todos os professores de uma escola estadual do Ciclo II do Ensino Fundamental. As análises permitiram verificar que os professores utilizam material que regula sua prática pedagógica, aprovam seu conteúdo e seu envio às escolas, apesar de sentirem-se desqualificados com este envio.

---

**Palavras chave:** ação docente; condições de trabalho dos professores; prática pedagógica; caderno do professor.

**Abstract:** This article discusses teachers' actions regarding their working conditions, aiming to understand how teachers face the regulations affecting their daily practice, established in curriculum propositions. One aspect of the proposed curriculum for the state of São Paulo is analyzed (“The Teacher's Guide”) which is part of the São Paulo Faz Escola (São Paulo Makes Schools) program. The theoretical background adopted uses the concept of “teaching action” proposed by Sacristán. Data were collected using questionnaires completed by all teachers working in state-maintained junior-high schools. The analysis showed that teachers employ materials that regulate their pedagogical practice, approve of their content and their use in schools, however feeling disqualified by receiving the material.

---

**Keywords:** teaching action; teachers' working conditions; pedagogical practice; teacher's guide.

**Resumen:** Se presenta en este artículo una discusión sobre la actuación de los profesores en la relación con sus condiciones de trabajo, con el objetivo de comprender cómo los docentes han enfrentado las regulaciones que inciden sobre su práctica diaria, y que se han establecido en propuestas curriculares. Se analiza un aspecto de la Propuesta Curricular del estado de São Paulo, el Cuaderno del Profesor, que hace parte del Projeto São Paulo Faz Escola (Proyecto São Paulo Hace Escuela). Se adopta como referencial el concepto “acción docente” de Sacristán. Los datos fueron recolectados a través de cuestionarios aplicados

a todos los profesores de una escuela pública del Ciclo II de la Enseñanza Fundamental. Los análisis permitieron verificar que los profesores utilizan material que regula su práctica pedagógica, aprueban su contenido y su envío a las escuelas, a pesar de sentirse descalificados por el envío del material.

---

**Palabras clave:** actuación docente; condiciones de trabajo de los docentes; práctica pedagógica; cuaderno del profesor.

## INTRODUÇÃO

Esta comunicação apresenta análise sobre razões implicadas nas ações de professores, na relação com suas condições de trabalho, a fim de compreender como os docentes têm enfrentado regulações que incidem sobre sua prática pedagógica, a partir de propostas curriculares que estabelecem o currículo a ser desenvolvido na sala de aula. O foco é um aspecto da Proposta Curricular do estado de São Paulo, o Caderno do Professor, que compõe o Projeto São Paulo Faz Escola da Secretaria de Estado da Educação (SEE). A fim de investigar as ações dos professores frente a esse material enviado à escola para organizar o currículo, propõe-se levar em consideração a realidade concreta nas quais os docentes atuam, no que diz respeito a facetas de suas condições de trabalho, tais como: formação, situação funcional, tempo de trabalho na docência, número de turmas, evidenciando aspectos do que motiva suas ações. O objetivo é investigar como os professores percebem e assimilam novas regulações que incidem sobre seu fazer cotidiano. O conceito de regulação é utilizado a partir do disposto em Lima (2003), no que diz respeito à existência de regras que regulamentam as ações efetivadas na escola, e que podem ser formalmente regulamentadas ou não. O autor propõe modo de funcionamento institucional que prevê orientações explícitas aos sujeitos, e outras não formalmente explicitadas, mas que de todo modo direcionam suas ações.

Esta pesquisa se insere em projeto mais amplo, que visa a compreender a lógica presente nas ações de professores em suas relações com o ensino. Nas análises, foram utilizados dados coletados por meio de questionários aplicados a professores de uma escola estadual do Ciclo II do Ensino Fundamental da região metropolitana de São Paulo<sup>1</sup>. Os questionários contavam com questões abertas e fechadas, que foram tabuladas e quantificadas e, apesar de não ser dado tratamento estatístico aos dados, adotou-se o esforço de cruzamento de

---

1 Em 1998 o Ensino Fundamental nas escolas estaduais paulistas foi organizado em dois ciclos: Ciclo I, da primeira a quarta séries, Ciclo II, da quinta a oitava séries. Em 2009, a SEE iniciou a implantação do Ensino Fundamental de nove anos.

algumas respostas. As análises foram realizadas por meio da operacionalização dos conceitos teóricos adotados, de modo a potencializar o estabelecimento de relações entre os fenômenos investigados e a estrutura social (KIDDER, 2001). Os conceitos-chaves que nortearam a pesquisa são: regulação; condições de trabalho; ação docente; prática pedagógica; reformas educacionais. São dados preliminares, que serão aprofundados numa segunda etapa da pesquisa, com a realização de entrevistas semiestruturadas, numa abordagem qualitativa, no sentido de dar voz aos sujeitos, levando em consideração o ponto de vista a partir do qual expressam suas percepções pessoais (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O texto está organizado em quatro partes. Num primeiro momento, apresenta-se brevemente o Projeto São Paulo faz Escola e o Caderno do Professor. Em seguida, apresenta-se discussão sobre a ação docente e suas relações com a prática pedagógica e com as condições de trabalho do professor. Num terceiro momento, apresenta-se argumentação sobre as condições de trabalho docentes na atualidade e os efeitos de reformas educacionais em seu exercício. Por fim, são analisadas as respostas obtidas junto aos professores, cotejando-as com aspectos de suas condições de trabalho, a fim de se compreender suas ações frente a regulações que incidem diretamente sobre seu cotidiano na sala de aula.

## O PROJETO SÃO PAULO FAZ ESCOLA

Em 2007 a SEE iniciou um conjunto de ações articuladas com vistas à implantação da Proposta Curricular, inserida no Projeto São Paulo faz Escola, nas escolas sob sua administração, a fim de organizar e unificar o desenvolvimento do trabalho pedagógico em todas as disciplinas curriculares do Ciclo II do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a partir de uma base curricular comum para toda a rede de ensino<sup>2</sup>. Na Proposta Curricular está especificado o objetivo de que todos os alunos em idade de escolarização e matriculados nas escolas estaduais de São Paulo façam um mesmo percurso de aprendizagem nas disciplinas básicas, regulamentando o ensino em toda a rede. Para essas disciplinas, são detalhados conteúdos, competências, habilidades, estratégias metodológicas e o que se espera dos alunos em cada série/ano (SÃO PAULO, 2008).

Organizada por disciplinas articuladas em áreas de conhecimento, a Proposta Curricular é considerada referencial básico obrigatório para a formulação da Proposta Pedagógica das escolas, que deve contemplar os planos dos cursos

---

2 <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/saopaulofazescola/Home/tabid/1022/Default.aspx>>. Acesso em 05/09/2009.

para todas as modalidades oferecidas na escola, a partir do que está disposto na Proposta Curricular<sup>3</sup>. Neste sentido, a Proposta Pedagógica, que contém os planos anuais de ensino dos professores, estabelecidos para todas as disciplinas e séries/anos, deve ser elaborada a partir dos planos de curso que por sua vez seguem o que está previamente estabelecido na Proposta Curricular,

que define os objetivos gerais de cada modalidade; os componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias semanais; os processos de avaliação, recuperação e classificação dos alunos; os conteúdos de ensino e as expectativas de aprendizagem (SÃO PAULO, 2010, p.7).

A partir dos planos de ensino, cada professor deverá ainda estabelecer seu plano de aula. Para subsidiar sua implantação nas escolas, além da Proposta Curricular, o Projeto prevê uma série de materiais, tais como: o Caderno do Professor, o Caderno do Gestor e o Caderno do Aluno. O Caderno do Professor é um material distribuído para todo o corpo docente da rede pública estadual de ensino, tanto no Ciclo II do Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Organizado em quatro volumes para cada série/ano do ensino, prevê um caderno por bimestre, para todas as disciplinas. Cada Caderno, por sua vez, está organizado em sequências didáticas que apresentam para o professor o conteúdo a ser trabalhado aula a aula, a fim de desenvolver o currículo previsto na Proposta Curricular (SÃO PAULO, 2010). Já o Caderno do Gestor foi desenvolvido para que os Professores Coordenadores<sup>4</sup> acompanhem, nas escolas, a implantação da Proposta Curricular do estado e a utilização do material pedagógico pelos professores. Nele, o Caderno do Professor é destacado como peça-chave para a organização dos planos de aula dos docentes, a serem revisados e acompanhados pelos gestores da escola (SÃO PAULO, 2010). São previstas ações de acompanhamento da implementação da Proposta Curricular, por meio da discussão e formulação dos planos de aula dos professores nos momentos de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)<sup>5</sup>, espaço de formação continuada dos professores nas escolas. O Caderno do Aluno, lançado em 2008, é visto como um complemento ao Caderno do Professor, e contém exercícios, mapas, tabelas, indicadores bibliográficos e dicas de estudo, organizados de acordo com as ações didáticas previstas no Caderno do Professor.

---

3 De acordo com a Resolução nº 76, editada em 7 de novembro de 2008 pela SEE, que tornou-se o referencial básico obrigatório para a formulação da Proposta Pedagógica das escolas.

4 A função de Professor Coordenador nas escolas da rede pública estadual paulista é normatizada pela Resolução nº 66/2006.

5 A Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo, a ser cumprida pelos professores semanalmente em sua escola sede, é organizada pelo Professor Coordenador, conforme disposto na Resolução SE nº. 1, de 04/01/2008.

Esta breve apresentação do Projeto São Paulo Faz Escola permite que se situe o Caderno do Professor como um dos materiais que pretendem viabilizar a implantação da Proposta Curricular do estado. Destaca-se que o referido material chegou às escolas pronto, estabelecendo o que deve ser realizado em sala de aula para a implantação do currículo, sem contar com a participação dos professores na sua elaboração. Se por um lado faz-se necessário traçar esforços para que se garanta um ensino de qualidade nas escolas, baseado na garantia de acesso por parte dos alunos aos conteúdos curriculares importantes para sua formação, por outro se faz necessário atentar para a maneira como as propostas curriculares são apresentadas aos docentes, bem como são por eles utilizadas. Nesta pesquisa, pretende-se investigar como os professores utilizam materiais que regulam suas ações em sala de aula.

## AS AÇÕES DOS PROFESSORES

Neste estudo, parte-se da compreensão das ações dos professores como portadoras de significado que se faz necessário compreender, relacionadas a escolhas implicadas em sistemas de valores compartilhados pelos docentes e às condições de trabalho em que se vêem imersos, nas quais devem interagir com seus alunos e tomar decisões (SACRISTÁN, 1999).

Por um lado, para a análise das razões inerentes às ações dos professores faz-se necessária uma compreensão da prática pedagógica docente como expressão da cultura escolar e suas pautas de racionalidade, ou seja, partir da compreensão de que o trabalho do professor está inserido na forma escolar de socialização e sua lógica específica de funcionamento, o que implica investigação que abarque seus aspectos coletivos para além dos individuais. A função básica da escola é o ensino das novas gerações, realizado pela transmissão de conteúdos escolares aos alunos segundo regras que lhe são próprias. Ao se ocupar do ensino, a escola socializa professores e alunos, e a investigação da forma como os professores percebem e realizam o ensino na escola pode contribuir para a compreensão das pautas de racionalidade presentes na instituição escolar.

Por outro lado, é preciso se considerar que o trabalho do professor efetiva-se na sala de aula, no contato com os alunos, a quem direciona o seu fazer, ação que envolve uma série de tarefas anteriores e posteriores a esse contato, como orientar os estudos, regular relações, preparar materiais, selecionar atividades, organizar o espaço, expressando suas condições de trabalho. Para Sacristán (1999) não existe prática desvinculada de intenções e interpretações, uma vez que esta se desenvolve em contextos reais. Neste sentido, impõe-se atentar para aspectos individuais que compõem essas ações, uma vez que comportam escolhas referidas

a uma prática compartilhada, mas que também se referem às diferentes trajetórias sociais e profissionais dos professores, bem como às condições de trabalho em que atuam (SACRISTÁN, 1999).

Ao considerarem as ações de professores em sala de aula, Sacristán e Gómez (2000) atentam para sua complexidade, que envolve desde o seu planejamento até a confrontação das decisões com a prática. Em decorrência da complexidade das situações vividas pelo professor em seu cotidiano, torna-se relevante atentar para as formas como os professores conduzem essas ações e tomam decisões, tendo por eixo de análise suas condições de trabalho.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR E REFORMAS EDUCACIONAIS

Para se investigar o exercício docente na atualidade, importa atentar para a conjuntura atual, em que a educação assume novos contornos. Desde os anos de 1990, uma série de reformas educacionais têm sido implantadas no Brasil, tendo em vista ajustes necessários à adoção de políticas afnadas com o ideário neoliberal. Essas reformas se inserem em debate internacional sobre a necessidade de melhoria da educação, em que o professor é visto como peça-chave desse processo. A questão da qualidade do ensino, nos termos dessas reformas, passa pela melhoria das condições de trabalho do professor e por seu reconhecimento como profissional.

Ao serem financiadas e implantadas a partir de assistência técnica e financeira do Banco Mundial, as reformas educacionais são perpassadas pela lógica da economia e da relação custo-benefício, tendo como norte critérios de mercado (CORREIA; MATOS, 1999). Dentro dessa lógica, os professores são vistos como meros cumpridores de tarefas pré-estabelecidas. O processo de racionalização tecnológica que ocorre na sociedade industrial se apresenta no exercício docente, expressando-se na progressiva perda de autonomia dos professores (CONTRERAS, 1977). O desempenho da função reduz-se à aplicação de conteúdos estipulados e organizados previamente, além da intensificação do trabalho, fomentando a rotinização e o individualismo. Ao analisar as reformas educativas e suas repercussões no trabalho docente, Oliveira (2008) destaca a instauração de controle técnico sobre os currículos por meio de processos estandarizados para sua implantação, o que reforça a separação entre concepção e execução no que diz respeito aos conteúdos escolares, cabendo ao professor uma tarefa eminentemente técnica. Para Barreto e Leher (2008), nessas reformas o professor é visto como um cumpridor de tarefas previamente estipuladas, sendo formado para acompanhar guias didáticos. Assim, não é

depositário de conhecimentos, mas portador de competências técnicas para o manejo de materiais, o que desqualifica seu trabalho. As reformas na atualidade incidem diretamente sobre o exercício docente, modificando-o. Neste estudo, trata-se de Proposta Curricular implantada pelo governo do Estado de São Paulo que, desde 1995, sob o comando do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tem realizado uma série de reformas educacionais alinhadas ao ideário neoliberal (SANFELICE, 2010).

O que aqui se quer pôr em discussão é como propostas curriculares, estabelecidas no bojo de reformas educacionais na atualidade, como é o caso do Projeto São Paulo faz Escola, em um de seus aspectos, qual seja, o Caderno do Professor, são vivenciadas pelos docentes levando-se em consideração facetas de suas condições de trabalho. Quais são as ações docentes frente ao material pedagógico disponibilizado para uso cotidiano, na relação com suas condições de trabalho?

Ao se relacionar as ações dos professores às condições de trabalho, é preciso perguntar o que caracteriza essas condições. Para Migliavacca (2010), as condições de trabalho do professor dizem respeito aos aspectos sociais, políticos, culturais e educacionais a ele relacionados, num determinado contexto sócio histórico. Dizem respeito a questões estruturais e também conjunturais. Neste sentido, necessitam ser compreendidas no contexto de transformação das relações de trabalho no capitalismo na atualidade. Ao conceituarem a expressão condições de trabalho docente, Oliveira e Assunção (2010) destacam que essa expressão designa tanto o conjunto de meios disponíveis e necessários para a realização dessa atividade (condições físicas e organizacionais), como as relações de emprego às quais os docentes estão submetidos (carreira, formas de contratação, remuneração). Para as autoras, as condições de trabalho trazem consequências para os trabalhadores e para o resultado de suas ações.

Para além de problemas relacionados ao espaço físico ou ao material pedagógico, ou mesmo ao salário recebido, importa considerar questões relacionadas ao tempo de preparo das aulas, ao número de turmas nas quais o professor leciona, à situação funcional, à organização e gestão escolar e à rotatividade dos professores, só para citar alguns aspectos. Implicadas com as condições de vida, com o valor social atribuído à função, as condições de trabalho trazem consequências para o trabalho e para o trabalhador. Por isto, são aspectos fundamentais a serem considerados para se compreender os motivos implicados nas ações dos professores.

Diferentes estudos têm apontado as difíceis condições de trabalho às quais os professores encontram-se submetidos (MARIN, 1998). Alguns indícios dessa precariedade, que evidencia desvalorização política e social da docência, estão no

fato de o professor enfrentar problemas com relação ao reconhecimento de sua autoridade frente a pais e alunos, deixando de ser referência na comunidade, com aumento de questões referentes à disciplina na sala de aula, além de passar a ser alvo de críticas vindas dos mais variados setores da sociedade (JUNQUEIRA; MULS, 2000). Discussão apresentada por Sampaio e Marin (2004), relacionada à precarização das condições de trabalho do professor, destaca suas consequências nas práticas pedagógicas, seja no que diz respeito aos conteúdos básicos da escolarização, seja no que diz respeito ao ensino de crenças e valores na escola.

## O QUE DIZEM OS PROFESSORES

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados em 2010, por um aluno de graduação, quando da realização de sua Monografia de Conclusão de Curso (Pedagogia)<sup>6</sup>. Ressalte-se que tal aluno já era formado em Letras e já havia lecionado na escola pesquisada. Assim, além da facilidade de acesso, tal fato concorreu para que escolhêssemos essa escola para a realização desta etapa da pesquisa, por considerarmos que sua familiaridade com a escola e com os professores poderia favorecer a coleta, possibilitando cumplicidade entre pesquisador e pesquisados (BOURDIEU, 2001). De fato, se observarmos o alto índice de devolução dos questionários, pode-se pensar que isto tenha ocorrido em função dessa cumplicidade. Dos 32 professores da escola, 28 devolveram os questionários respondidos. Trata-se de escola que atende alunos do Ciclo II do Ensino Fundamental, nos períodos da manhã e tarde. Nesta etapa da pesquisa, os professores de todos os componentes curriculares foram questionados, no que diz respeito à utilização e percepção do Caderno do Professor, enviado pela SEE para auxiliá-los em sala de aula.

Todos os professores que lecionam na escola pesquisada possuem formação em nível superior em sua área de atuação, sendo que cinco deles possuem cursos de especialização e um deles possui mestrado. Se considerarmos o perfil de professores estabelecido pela UNESCO (2004), 60,3% dos professores que atuam no Brasil no Ensino Fundamental II possuem formação em nível superior com formação pedagógica, destacando como boas as condições de trabalho dos professores nesse aspecto, na escola em questão.

Se levarmos em consideração a formação inicial dos professores investigados, pode-se inferir que tal formação os habilita ao preparo de suas aulas, ou seja, poderiam ter uma relação de independência com materiais didáticos a eles oferecidos, não precisando a eles se submeter. Com relação à formação inicial

---

6 Jean Roberto Santana.



de professores, diferentes autores têm chamado atenção para a existência de fragilidades, o que certamente compromete sua atuação<sup>7</sup>. A formação inicial não necessariamente fornece aos futuros professores boas condições para o preparo de suas aulas, o que demandaria, além de conhecimentos aprofundados sobre a disciplina que lecionam, conhecimentos sobre as ciências da educação, bem como sobre os currículos e programas escolares. A falta de preparo para a docência em cursos de formação inicial é claramente apontada por Gatti (2010) que, ao analisar cursos de Licenciatura, que habilitam para o exercício do magistério nos anos finais do Ensino Fundamental, evidencia a pouca ênfase dada às matérias ligadas à formação específica para a docência e afirma:

Com as características ora apontadas, com vasto rol de disciplinas e com a ausência de um eixo formativo claro para a docência, presume-se pulverização na formação dos licenciados, o que indica frágil preparação para o exercício do magistério na educação básica (GATTI, 2010, p. 1374).

Em relação à formação continuada, todos afirmaram ter frequentado algum curso de formação nos últimos três anos, embora tal formação não estivesse relacionada à Proposta Curricular.

Com relação ao tempo de exercício na docência, quando da realização da pesquisa, têm-se nove que possuíam entre 01 a 05 anos; nove entre 06 a 10 anos; seis entre 11 a 15 anos; e quatro entre 16 a 20 anos. Os professores também foram questionados em relação ao tempo de atuação na rede pública estadual, e em relação ao tempo de atuação na escola pesquisada. Com relação ao tempo em que esses professores atuavam na rede pública estadual de ensino, 11 professores estavam na rede entre 01 a 05 anos, sete estavam na rede entre 06 a 10 anos, seis professores estavam na rede entre 11 a 15 anos, e quatro professores estavam na rede entre 16 a 20 anos. Com relação ao tempo de exercício docente na escola, constatou-se que 19 professores estavam naquela escola entre 01 a 05 anos, oito professores estavam na escola entre 06 a 10 anos, e um entre 11 a 15 anos. Esses dados permitem levantar a hipótese de esta ser uma escola de passagem, ou seja, assim que acumulam a pontuação necessária, os professores pedem remoção para outras localidades. Pelas informações obtidas sobre a forma de contrato dos professores, tem-se 19 deles como Professores Efetivos e nove como Ocupante de Função Atividade<sup>8</sup>, ou seja, a maioria dos professores da escola, na época da realização da pesquisa, tinha estabilidade no seu trabalho.

---

7 Em relação a estudos sobre formação inicial de professores na atualidade ver, entre outros, Freitas (2002); Marin; Giovani; Guarnieri (2004).

8 Situação funcional do Professor de Educação Básica I da rede estadual paulista: Professor Ocupante de Cargo Efetivo (efetivo), Professor Ocupante de Função Atividade (OFA), Professor Eventual (contratado para fazer substituições).

Sobre o número de aulas ministradas na escola, a maioria deles (19), tinha entre 20 e 30 aulas, três deles tinham entre 10 e 19 aulas, e apenas seis deles acumulavam mais de 30 aulas naquela escola. Ao se considerar as informações obtidas sobre a complementação de suas jornadas de trabalho em outras escolas, 22 deles o faziam. Todos os professores investigados davam mais de 30 aulas semanais, o que expressa sobrecarga de trabalho e pouco tempo para estudos e preparo das aulas. Nessas condições de trabalho, não é tão difícil entender que um material pedagógico seja de fato muito útil, pois facilita a vida dos professores, dando pistas sobre as razões para a ampla aceitação e utilização do Caderno do Professor. Essa questão se agrava ao considerarmos o número de turmas que o professor deve assumir para completar a sua carga, multiplicando o número de alunos a serem atendidos, de acordo com as aulas previstas para cada componente curricular.

Ao serem questionados a respeito da utilização, ou não, do Caderno do Professor em sala de aula, todos os 28 professores afirmaram que sim. Algumas questões foram feitas, com intuito de tentar compreender as razões implicadas nessa ação dos professores, que evidencia forte adesão a esse material didático que regulamenta seu trabalho cotidiano. Os professores foram questionados sobre a frequência com que lançavam mão do Caderno do Professor em suas aulas. Nas respostas, tem-se 16 deles que afirmaram utilizar cotidianamente, em todas as suas aulas, e 12 deles que afirmaram usar ocasionalmente, não em todas as aulas. Os que afirmaram usar o Caderno em seu cotidiano possuíam todos entre um e dez anos de magistério. Esses professores afirmaram que o material ajuda na condução das aulas, norteando o trabalho, além de trazer textos e atividades interessantes a serem desenvolvidas junto aos alunos. Já os que afirmaram usar o Caderno ocasionalmente, destacaram a necessidade de se fazer adaptações, pois o material nem sempre corresponde às necessidades dos alunos. A questão do tempo na docência se destacou como um diferencial em relação ao uso do material, e merece aprofundamentos. Neste momento, pode-se levantar a hipótese de que essa ação diferenciada desses professores em relação ao uso de material pode estar relacionada ao desenvolvimento dos saberes da experiência, tal qual formulado por Tardif, Lessard e Lahaye (1991). Outra questão a se considerar é o fato apontado por Guarnieri (1996), de que professores aprendem boa parte de seu ofício na prática, em sala de aula. Pode-se então supor que os professores com mais tempo na docência possuam uma prática mais consolidada.

Ao serem interrogados sobre o uso de outros materiais em suas aulas, para além do Caderno do Professor, todos os professores responderam afirmativamente, o que demonstra ação diferenciada no que diz respeito à apropriação do material que, especialmente pelos que possuem mais tempo na docência, é visto como um

apoio, e não como um guia a ser seguido à risca. De qualquer forma, para todos eles, o material ajuda no preparo das aulas. Os professores foram unânimes ao afirmarem que o material é útil ao professor, pois apresenta uma base curricular boa e unificada para todo o estado, permitindo coerência e unidade entre as ações dos professores, inclusive de um ano para o outro, além de auxiliar na organização do conteúdo a ser ensinado aos alunos, bem como na seleção de atividades para o ensino desses conteúdos.

Em relação à questão sobre se o material ajuda no preparo das aulas, 24 deles responderam que sim, pois avaliam que o material é muito bom e diz ao professor o que deve ser feito. No entanto, os quatro professores com mais tempo de trabalho na rede destacaram que o material precisa ser adaptado à realidade dos alunos. De novo, a questão do tempo de serviço se destacou como um diferencial nas ações dos professores em relação ao uso desse material didático, nas quais o contexto específico dos alunos é considerado.

Pesquisa realizada por Guarnieri (1996) aponta que docentes em início de carreira têm mais dificuldades em relação à seleção dos conteúdos e organização de atividades de ensino, o que ajuda a explicar o fato de os professores com menos tempo de docência apresentarem ações de pronta adesão ao material disposto no Caderno do Professor. Essa dificuldade relacionada à organização do ensino e de atividades pedagógicas é fator importante a ser considerado, pois demonstra que os docentes sentem falta de informações sobre como conduzir suas aulas, apontando para deficiências na formação inicial dos professores nesse aspecto. Todos os professores questionados para esta pesquisa consideraram que foi muito bom para o eles o envio desse material. Assim, se por um lado estudos apontam para o fato de os professores, na atualidade, serem vistos como meros cumpridores de tarefas estabelecidas por outros, as respostas obtidas nesta investigação apontam que os professores, em alguns aspectos, sentem-se amparados ao receberem um material que eles apenas precisam aplicar, especialmente porque trazem os conteúdos de ensino organizados.

Foi perguntado aos professores se eles receberam algum tipo de formação na escola, relacionada ao uso do material. Dos 28 professores que participaram da pesquisa, 22 disseram que não receberam qualquer tipo de formação. Os seis que afirmaram que receberam alguma formação, se referiram às ações de acompanhamento realizadas pelo Professor Coordenador na escola, nos momentos de HTPC e que, como se viu, é uma ação prevista no Caderno do Gestor. Ao serem interrogados sobre se o material é de fácil compreensão, 15 professores responderam que sim e outros 13 responderam que não. Esta falta de compreensão pode estar relacionada a dificuldades presentes no material, mas também pode se relacionar à existência de fragilidades existentes na formação

de professores, anteriormente destacadas. Para ser melhor compreendida, exige aprofundamentos na pesquisa.

Os professores que usam o Caderno consideram que ele ajuda no preparo de suas aulas, até mesmo porque estão sobrecarregados, mas têm consciência de que seu uso não é uma questão de opção. Quando foram questionados sobre se o uso do Caderno é opcional, apenas quatro professores responderam que sim e 24 responderam que não. Coerentes com essa resposta, esses mesmos 24 professores afirmaram sentir cobrança por parte do Professor Coordenador para que adotem o material em suas aulas, o que contribui para a compreensão de suas ações de adesão ao material. Os professores que afirmaram não se sentirem cobrados em relação ao uso do material são justamente os quatro professores que estão na rede pública estadual há mais tempo, ou seja, entre 16 a 20 anos. Mais uma vez, a questão do tempo na docência se destaca como um diferencial nas ações dos professores, apontando para a necessidade de se aprofundar a investigação por meio de entrevistas, a fim de se compreender porque justamente os professores mais antigos na rede sentem com menor força o controle para a utilização do Caderno, ou seja, se de fato eles são menos controlados, ou se eles são mais seguros em relação à sua atuação e por isso sentem menor exigência.

Foi solicitada aos professores uma avaliação do material, de acordo com alguns aspectos, tais como: conteúdo das aulas; sequência didática; atividade dos alunos; conceitos trabalhados; qualidade do material. Pelas respostas obtidas, destacou-se que a avaliação do Caderno pelos professores foi positiva em todos os quesitos, posto que todos avaliaram como ótimo o Caderno do Professor. Além da solicitação relacionada a uma avaliação do material, os professores também foram questionados sobre sua opinião em relação aos motivos pelos quais esse material foi produzido pela SEE, em questão aberta. Para a maioria dos professores investigados (21 deles), a principal motivação da SEE para a elaboração do Projeto São Paulo faz Escola e envio do Caderno do Professor às escolas é a necessidade de se padronizar o currículo, seguida pela necessidade de melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações externas à escola (16 deles). Alguns consideraram ainda que a principal motivação é a de promover o bom desempenho profissional do professor (sete deles). No que diz respeito aos professores, o envio do material foi considerado como uma forma de controle sobre seu trabalho por 17 docentes, sendo também considerado como uma forma de desrespeito aos professores por 12 deles. Apenas quatro dos professores consideram que o governo do estado demonstra respeito pelos professores ao enviar o material.

Ou seja, mesmo utilizando o material e aprovando seu conteúdo, os professores não se sentem prestigiados com seu envio, possuindo percepção de que, de alguma forma, são desvalorizados em seus saberes da experiência. Esse

tipo de contradição aponta para a necessidade de investigações mais aprofundadas, por meio de entrevistas, para compreender de fato essas contradições presentes nas respostas dos professores.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR

Ao se analisar o conjunto de professores de uma escola, com dados coletados por meio de questionários, analisados de forma quantitativa, a fim de se compreender as ações dos professores frente à chegada de um material que regulamenta suas atividades em sala de aula, considerando-se as condições de exercício da docência, evidenciou-se que os professores, em suas ações cotidianas, usam o material enviado pela SEE. É possível compreender essas ações dos professores em face das difíceis condições de trabalho às quais estão submetidos, especialmente ao se considerar o número elevado de aulas por semana que assumem, além do fato de serem pressionados para sua utilização. Na escola pesquisada os professores estão sobrecarregados, com uma jornada extensa de trabalho, o que dificulta os estudos e o preparo de suas aulas, comprometendo o exercício docente em seus aspectos intelectuais, restando muito mais espaço para que esse exercício se estabeleça de fato como uma função técnica, de aplicação de saberes e conhecimentos pensados por outros, de forma mecânica e pouco reflexiva. Esta questão se agrava ao levarmos em consideração estudos que apontam as fragilidades existentes na formação inicial desses profissionais.

Também foi possível evidenciar que os professores com mais tempo na docência se relacionam com o material estabelecendo ações diferenciadas, relacionadas a intenções e interpretações que se faz necessário compreender. Esta diferença existente nas ações dos professores frente ao Caderno do Professor, ao se considerar o tempo de exercício docente, pode estar relacionada ao desenvolvimento dos saberes da experiência, ou seja, professores com uma prática mais consolidada enfrentam melhor imposições que lhes são feitas, preservando certo discernimento.

Os usos atribuídos ao Caderno do Professor necessitam ser analisados de forma mais aprofundada, por meio de entrevistas e observações, a fim de se captar o cruzamento entre as ações dos professores e a cultura escolar, evidenciando marcas da instituição presentes nas concepções de ensino implicadas em ações docentes decorrentes do uso de materiais que chegam às escolas, regulando-as. De qualquer maneira, este estudo preliminar traz pistas importantes, ao evidenciar que os professores usam o Caderno, e se sentem amparados com seu envio, apesar de estabelecerem ações que evidenciam escolhas, posto que utilizam outros materiais para o preparo de suas aulas, não seguindo à risca o que está disposto no material

enviado. Usam o material e aprovam seu conteúdo, apesar de perceberem no envio desse tipo de material certa desqualificação de seus saberes da experiência.

Ao retomarmos o conceito de regulação inicialmente explicitado, com o objetivo de analisar a adesão dos docentes ao Caderno do Professor, destaca-se que as regulações que incidem nas ações docentes são tanto formalmente regulamentadas como, por exemplo, as ações de formação e acompanhamento estabelecidas pelos Professores Coordenadores e previstas no Caderno do Gestor, como não formalmente explicitadas, tais como as presentes em ações de adesão relacionadas, por exemplo, à questão do preparo das aulas, às dificuldades dos professores iniciantes, à sobrecarga de trabalho às quais estão submetidos.

Considerar esses novos materiais que são disponibilizados aos professores, levando-se em conta suas condições de trabalho, mostra-se como campo fecundo para se compreender as ações dos professores e também o próprio exercício da docência. Reveladoras da posição social, as condições de trabalho – que nesta pesquisa evidenciam pouco espaço para tomada de decisão nas ações dos professores, reforçando a função docente em seus aspectos técnicos – necessitam ser questionadas ao se discutir as ações dos professores em sala de aula, bem como o que se almeja atingir por meio dessas ações.

Apple e Teitelbaun (1991), ao discutirem o trabalho do professor, destacam o ensino como um processo de trabalho complexo, que exige certas habilidades e, sobretudo, capacidade para a tomada de decisões, que pressupõe algum controle dos professores sobre suas ações de ensino e sobre o currículo. Para os autores, o crescente processo de interferência estatal no ensino, por meio da implantação de propostas curriculares, afeta diretamente o trabalho do professor e, como consequência, tem-se que:

As habilidades que os professores construíram ao longo de décadas de trabalho árduo – estabelecendo objetivos curriculares relevantes, determinando conteúdos, planejando lições e estratégias instrucionais, individualizando a instrução com base num conhecimento íntimo dos desejos e necessidades dos estudantes, e assim por diante – são perdidas (APPLE; TEITELBAUN, p. 66-67).

Para os autores, essa perda de controle do professor sobre seu próprio trabalho, além de desqualificar a função docente, pode ter como consequência a constituição de um trabalhador alienado, o que por certo compromete a função educativa e cultural da escola.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. TEITELBAUN, K. Está o professorado perdendo o controle, de suas qualificações e do currículo? *Teoria e Educação*, Porto Alegre, RS, nº 4, p. 62-73, 1991.

BARRETO, Raquel G.; LEHER, Roberto. Trabajo docente y reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, Dalila. A. (org.) *Políticas educativas y trabajo docente em América Latina*. Lima/ Peru: Fondo Editoria UCH, 2008, p. 53-86.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A miséria do mundo*. Vários tradutores. 4<sup>a</sup> ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2001, p. 693 – 732.

CONTRERAS, José. *La autonomia del professorado*. Madrid: Morata, 1997. 231p.

CORREIA, José Alberto & MATOS, Manuel. Do poder à autoridade dos professores: o impacto da globalização na desconstrução da profissionalidade docente. In: VEIGA, Ilma P. A. e CUNHA, Maria Isabel da (org.). *Desmistificando a profissionalização do magistério*. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 9-30.

FREITAS, Helena C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 23, n. 80 (Especial: Políticas públicas para educação: Olhares diversos sobre o período 1995 - 2002), p.137-168, set. 2002.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

GUARNIERI, Maria Regina. *Tornando-se professor*: o início na carreira docente e a consolidação na profissão. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996. 149 p.

JUNQUEIRA, Célia; MULS, Leonardo. O processo de pauperização docente. *Contemporaneidade e Educação*, 2<sup>a</sup> impressão, Rio de Janeiro, RJ, IEC, ano II, nº 2, p. 136-149, set. 2000.

KIDDER, Louise H. (org.). *Métodos de pesquisa nas Relações Sociais*. Vol. 2. 1<sup>a</sup> reimpressão. Trad. Maria Marta Hübner e Mirian Marinotti Del Rey. São Paulo: E.P.U, 2001. 133p.

LIMA, Licínio. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2003.

MARIN, Alda J. Com o olhar nos professores: Desafios para o enfrentamento das realidades escolares. *Cadernos Cedes*, Campinas, SP, vol. 19, n. 44, p. 8 – 18, abril 1998.

MARIN, Alda J.; GIOVANI, Luciana M.; GUARNIERI, Maria Regina. Formação e ação docentes: tempos sombrios os que se delineiam para o futuro. In: ROMANOWSKI, Joana P. et al. (orgs.) *Conhecimento local e conhecimento universal: aulas, saberes e políticas*. Curitiba/PR: Champagnat, 2004, p. 171-182.

MIGLIAVACCA, Adriana. Condições de trabalho do professor (Verbete). In: OLIVEIRA, Dalila.; DUARTE, Adriana C; VIEIRA, Livia F. *Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: FEUFMG, 2010 (CdRom).

OLIVEIRA, Dalila A. Las reformas educativas y sus repercusiones em el trabajo docente. In: \_\_\_\_\_A. (org.). *Políticas educativas y trabajo docente em América Latina*. Lima/ Peru: Fondo Editoria UCH, 2008, p. 17 52.

OLIVEIRA, Dalila A.; ASSUNÇÃO, Ada A. Condições de trabalho docente (Verbete). In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana C; VIEIRA, Livia F. *Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: FEUFMG, 2010 (CdRom).

SACRISTÁN, José Gimeno. *Poderes instáveis em educação*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1999. 287p.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Pérez Angel. *Compreender e transformar o ensino*. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 396p.

SAMPAIO, Maria das Mercês F; MARIN, Alda J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Revista Educação & Sociedade - Dossiê globalização e educação: precarização do trabalho docente – II*, Campinas, SP, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004.

SANFELICE, José Luís. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. *Nuances: estudos sobre educação*. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146-159, jan./dez. 2010.

SÃO PAULO/ SEE. *Caderno do Gestor: gestão do currículo na escola*. Vol. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/CG\\_V1\\_2010\\_site\\_050310.pdf](http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/CG_V1_2010_site_050310.pdf)>. Acesso em 20 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo*, 2008. Disponível em <[http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/PropostaCurricularGeral\\_Internet\\_md.pdf](http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/PropostaCurricularGeral_Internet_md.pdf)>. Acesso em 20 de outubro de 2010.



TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. *Revista Teoria e Educação*, Porto Alegre, RS, n° 4, p. 215 – 233, 1991.

UNESCO. *Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...* São Paulo: Moderna, 2004. 224p.

---

**r MARIETA GOUVÊA DE OLIVEIRA PENNA** é Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo/ campus Guarulhos. Email: marieta.penna@unifesp.com.br

*Recebido em maio de 2012*  
*Aprovado em junho de 2012*